

**COMISSÃO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -
AGENDA 2030
Reunião realizada em 20/05/2021**

10ª Reunião Plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável
(3ª reunião de 2021)

I - Dia, hora e local da reunião;

No dia 20 de maio de 2021, às 15h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a nona reunião plenária da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

- Jorge Luiz Numa Abrahão - Segmento 2 (1º Titular: Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Denise Croce Romano Espinosa – Segmento 3 (2º Titular: Universidade de São Paulo/USP)
- Débora Mateus Lima - Segmento 2 (3º Titular: Associação Artigo 19)
- Kaísa Isabel da Silva Santos – Segmento 2 (2º Titular: Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-SP)
- Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti (2º Suplente: Instituto de Arquitetos do Brasil/IAB-SP)
- Ergon Cugler de Moraes Silva – Segmento 2 (3º Suplente: União Estadual dos Estudantes de São Paulo/UEE-SP)
- Marlene Ferreira da Rocha - Segmento 1 - Região Centro-Oeste (1º Titular: Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo)
- Zysman Neiman - Segmento 3 (1º Titular: Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP)

Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:

- Marta Suplicy (titular: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)
- Soninha Francine (suplente: Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI)
- Vivian Satiro (titular: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente: Secretaria de Governo Municipal - SGM)
- Giovana Barbosa de Souza (titular: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- Meire Aparecida Fonseca de Abreu (suplente: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA)
- Claudia Abrahão Hamada (titular: Secretaria Municipal de Educação - SME)
- Miriã Gomes do Nascimento (suplente: Secretaria Municipal de Educação - SME)

- Maria Luiza Oliveira Gedeon (suplente: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL)
- Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (titular: Secretaria Municipal de Saúde - SMS)
- Fernanda Braz Tobias de Aguiar(suplente: Secretaria Municipal de Saúde - SMS)

Observadores que acompanharam a reunião:

- Igor Pantoja (Instituto Cidades Sustentáveis/Rede Nossa São Paulo)
- Thaís Brianezi (SME)
- Clodoaldo Gomes (SME)
- Anna Carolina de Paula M. de Marco (SGM)

III – Pauta do dia:

- Apreciação da Ata do dia 08/04/2021;
- Publicização da Agenda Municipal 2030;
- Aprovação do Regimento Interno revisto;
- Aprovação da metodologia do Plano de Ação ODS;
- Aprovação das Câmaras Temáticas.

Jorge Abrahão: Eu quero fazer uma observação e sugerir para uma avaliação de vocês e da própria comissão, tenho a impressão que seria muito interessante nós de alguma forma... Não sei a relação do prefeito Ricardo Nunes com esse tema, mas a valorização dessa comissão em relação ao prefeito Ricardo Nunes me parece uma coisa muito importante. Eu bem sei, Marta, Soninha e quem estiver a frente fará isso, mas me dá a impressão de que levar a importância disso para a cidade, levar a importância disso como referência para o Brasil, levar a importância disso até como visibilidade que a cidade pode ter internacionalmente por estar dentro de uma agenda de vanguarda como essa é algo que mereceria uma atenção. E eu sugeriria que houvesse uma reunião com o prefeito Ricardo Nunes, que essa comissão tivesse uma reunião com ele, porque é uma questão política, eu diria, de valorização desse processo e acho que seria importante tanto para o Ricardo Nunes, como para a comissão nesse sentido. Não quero com isso, jamais, digamos, tirar a liderança que existe efetivamente de Marta nesse processo, Soninha, Vivian, Giovana, é para justamente valorizar isso e a própria comissão mostrar a importância desse processo que estamos vivendo aqui e que em São Paulo pode ser uma referência tanto aqui como fora do Brasil.

Marta Suplicy: Eu acho que sua sugestão é muito bem-vinda. Nunca vi o prefeito Ricardo Nunes se manifestar a respeito do meio ambiente, mas isso não quer dizer que ele não tenha muito interesse, quer dizer que eu não vi. Quando conversamos sobre o clima, ele estava muito interessado. Estamos agilizando o secretário-executivo para fazer o lançamento o mais breve possível. Acredito nisso que você disse, Jorge. Eu não conhecia muito as ações do prefeito Bruno nessa área, agora que estou entrando e mergulhando no que ele fez, estou encantada, é muita coisa. Nós vamos fazer bonito internacionalmente, sim. Não apenas em Glasgow, mas em muitos

lugares porque a prefeitura de São Paulo tem muitas ações que tiveram pouquíssima visibilidade. Não é somente o que estamos conseguindo com essa Comissão Municipal ODS, mas também com a bagagem dos últimos dois anos porque o prefeito Covas tinha um viés ligado a essa vanguarda. Hoje não conseguiremos investimento, respeito internacional, ainda mais no momento em que estamos vivendo, do jeito que o Brasil está, se nós não tivermos uma bandeira desse porte. Eu concordo plenamente, essa Comissão Municipal ODS é muito inovadora e foram muitos meses de trabalho. Eu fiquei muito impactada com a robustez do trabalho. Um trabalho de muitas mãos, de muita gente capacitada que dedicou horas. Quando eu entrei nisso falei: “Isso, de certa forma, está pronto.” Quando começamos a Vivian era a mestra, a maestra de tudo do plano de metas, nós bebemos desse trabalho ODS, o que foi muito bom porque já era um trabalho de excelência e os planos de meta combinavam com o que o prefeito dizia querer. Ele adorou o Plano de Metas. Então é um casamento perfeito do plano de metas com Comissão Municipal ODS, que tem a ver com a questão internacional e por isso veio parar na nossa secretaria. Eu concordo plenamente, conversaremos com o prefeito Ricardo e veremos como organizar uma apresentação para que ele possa entender. Uma coisa simplificada, podemos explicar um pouco antes a importância internacional e tudo o mais. Ele entenderá na hora, porque hoje estão todos antenados sobre isso. E do que nós temos. Essa agenda que foi elaborada em 2020 foi revisada várias vezes, foi distribuída para os membros no final de semana passado, depois será publicada como resolução da comissão na plataforma Participe Mais. O que foi feito diferente é a tentativa de ser mais enxuto para conseguir focar e dar prioridade a alguns temas e fazer os outros. Focar mais em algumas coisas que pudéssemos mostrar como bandeira de que estamos fazendo e somos bem sucedidos. Todos os indicadores serão publicados e atualizados na plataforma ObservaSampa. Na reunião de hoje pode ser falado sobre o que já foi feito, mas eu estava pensando em focarmos no plano de ação, porque o que foi feito e aprovado está lá. Agora tem o plano de ação que é o mais importante, que é com as câmaras temáticas do ano passado. Mas tem algumas alterações propostas de serem mais abertas e todo um histórico para quem está entrando agora, então passarei a palavra à Vivian para que fale sobre o histórico e as mudanças que foram feitas. Depois abrimos a palavra para questionamentos, ideias, o que cada um acha que pode acrescentar e melhorar. Pedirei para a Vivian tomar a palavra e começar a apresentação. Obrigada.

Vivian Satiro: Obrigada, secretária Marta. Gabi ou Ana, quem está compartilhando a tela? Marta Suplicy: Já está no ar a tela.

Vivian Satiro: Mas qual das duas está compartilhando? Anna Carolina: É a Gabriela, mas estou aqui também, Vivian.

Giovana Barbosa: As pessoas que se candidatarem para fazer os seus comentários, por favor, identifiquem-se (inint) [00:07:03] porque essa reunião está sendo gravada e será transcrita, então eu preciso que vocês coloquem (falha no áudio). É apenas um lembrete. Está bem?

Vivian Satiro: A agenda que a Gabriela está compartilhando com vocês e a agenda que mandamos por e-mail na última semana é essa. A Ana ou a própria Gabriela apresentará ponto a ponto e ao final da apresentação delas abrimos para discussão e tirar dúvidas. Eu e Soninha permaneceremos aqui para responder as dúvidas de vocês.

Gabriela Chabbouh: Vamos lá. O primeiro ponto do dia é a apreciação da ata do dia oito de abril. A nossa primeira reunião do ano foi gravada, transcrita pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e foi enviada para vocês a transcrição da reunião da comissão, que também publicamos no Diário Oficial depois de aprovada. Eu queria saber se vocês tiveram a oportunidade de avaliar a transcrição da reunião, se têm alguma colocação, algum ponto. Se ninguém tiver nenhum ponto fazemos a aprovação da ata. Nossa reunião do dia 22 de abril ainda não temos a transcrição.

Giovana Barbosa: Gabi?

Gabriela Chabbouh: Oi?

Giovana Barbosa: Tem a Débora do Artigo 19 e o Jorge Abrahão que levantaram a mão.

Gabriela Chabbouh: Está ótimo. Pode passar para quem levantou a mão primeiro. Eu estou compartilhando e não consigo ver.

Giovana Barbosa: Sim, por isso estou te ajudando. Jorge?

Jorge Abrahão: Desculpe, eu estava com mão levantada. Eu não tenho nenhuma observação. Eu mantive, agora tentarei retirá-la.

Gabriela Chabbouh: Está bem.

Giovana Barbosa: Está bem. Obrigada. A mão ficou levantada e eu entendi que você tinha uma contribuição. Débora do Artigo 19?

Débora Mateus Lima: Oi, boa tarde. Na verdade, é apenas uma pontuação, eu olhei a ata e estava na reunião do dia oito de abril, não está constando que a Artigo 19 estava presente.

Giovana Barbosa: Está bem, escrevi o seu nome. Débora Mateus Lima: Está bem. Obrigada.

Giovana Barbosa: Obrigada, Débora.

Gabriela Chabbouh: Então se ninguém tiver nenhuma colocação fazemos a aprovação da ata com a inclusão da participação da Débora como representante da Artigo 19. Débora, pode ser que a Giovana não estivesse com a última versão da composição, como você entrou depois, em substituição da (inint) [00:09:42] eu acho que pode ter sido esse o problema. Agora já estamos alinhados, está tudo certo, ela colocará. Caso ninguém mais...

Débora Mateus Lima: Obrigada.

Gabriela Chabbouh: Caso ninguém tenha mais nenhuma contribuição aprovamos a transcrição da ata da última reunião e fazemos a publicação no Diário Oficial. Eu acho que estávamos esperando por esse ponto a bastante tempo, desde a nossa reunião do dia 17 de dezembro, quando foi aprovado o conteúdo da Agenda Municipal 2030. Com a mudança de gestão temos um novo decreto sobre a governança da Comissão ODS, com a participação da Secretaria de Relações Internacionais. Eu acho que nesse ponto é melhor passar a palavra. Soninha, se você puder contar um pouco sobre o trabalho que vocês fizeram.

Soninha Francine: Fizemos um trabalho de revisão para a publicação e identificamos algumas coisas que poderiam ser melhores explicadas. Eu confesso que ainda ficaram outras. Como exemplo, eu que acompanho o trabalho de dentro, que conheço bem os órgãos públicos, tem algumas coisas que não compreendo completamente porque são do domínio técnico de cada secretaria. Agora que os indicadores serão realmente atualizados, publicados, publicizados, talvez ainda precisemos fazer alguns ajustes com determinadas formas de cálculo para que elas sejam totalmente... Elas têm que ser compreensíveis pelo público em geral, não podem ser compreendidas somente por quem é do ramo. E algumas coisas que precisavam ser reajustadas, erro de conclusão. Vamos supor, a descrição do indicador era número absoluto, mas o número que constava da tabela era uma porcentagem, esse tipo de coisa bem minuciosa. Em alguns casos, nos desafios remanescentes ou mesmo no próprio indicador dizia: "Esse indicador está em construção." Está em construção porque acabou de ser elaborado daquela forma, então ainda não dispõe dos dados iniciais para montarmos uma série histórica. Apesar de ter sido uma revisão e ser a versão publicizada, continua sendo um trabalho coletivo que precisará o tempo todo dessa dinâmica, inclusive por isso que a agenda sai como uma resolução da Comissão Municipal, porque ela continua sendo da comissão. Eu mesma consultei a Secretaria de Governo, propus que fosse publicado na forma de anexo de um decreto do prefeito, mas isso seria um jeito engessado e tiraria bastante da nossa possibilidade dinâmica de mexer com esse documento, então se vocês tiverem algum detalhe e quiserem me consultar ou questionar, por favor, fiquem à vontade.

Gabriela Chabbouh: Giovana, eu peço a sua ajuda, se algum dos representantes da...

Giovana Barbosa: Sim.

Gabriela Chabbouh: ... comissão tiver alguma colocação em relação ao documento final e a publicação dele enquanto resolução. Dado que publicaremos na forma de resolução da comissão, é importante escutarmos os membros antes de passarmos à aprovação dessa resolução da comissão.

Giovana Barbosa: Alguém gostaria de se manifestar, de trazer a sua contribuição?

Marta Suplicy: Eu participei de várias discussões, inclusive do enxugamento. Eu achei que foi o caminho certo. Nós temos que focar para conseguir fazer algo concreto, porque senão trabalharemos em 20 frentes e não conseguiremos apresentar um resultado que possamos dizer: “Nós mudamos a cara de São Paulo.” Eu acho que foi um trabalho bem feito, gostei do jeito que foi mexido.

Giovana Barbosa: Thaís?

Thaís Brianezi: Estou com um pé cá e um pé lá. Eu disse que não falaria, mas não me aguento. Consultei as representantes da educação, que são Cláudia e Miriã, que está chegando. Soninha, eu fiquei feliz que tenha essa oportunidade de fazermos algumas lapidações porque tem um indicador que é o “Demanda Atendida em EJA”, no qual saiu a meta de 100%. O problema é que, da maneira como a câmara temática trabalhou essa demanda atendida, não trabalhou a demanda de quem solicita a vaga em EJA, mas, sim, o dado da quantidade de analfabetos. É problemático, você mesma levantou e nós interagimos, porque é um dado que somente temos municipalizado do Censo, que já está antigo e infelizmente não temos certeza de quando será refeito. Isso para dizer que da forma atual não pode ser 100%, porque é claro que nem todos os analfabetos têm obrigação de estar em EJA. Por 1000 motivos, quem trabalha com EJA sabe que muitos simplesmente não fazem e é isso mesmo. Podemos pensar que se for 100% essa demanda é de quem solicita vaga, então revemos a ficha técnica ou se trabalharmos com o dado de analfabetos não pode ser 100%. Isso será uma conversa de vocês com a educação, mas fico feliz que tenha esse espaço para lapidação.

Soninha Francine: Perfeito, Thaís. Se me permite, você tem razão. Precisaria, pelo menos, ser formulado como 100% da demanda atendida, mas o que discutimos quando estávamos revisando é que a meta é erradicar o analfabetismo, então pensando na meta, no que queremos, a cidade que queríamos para 2030 é que não houvesse demanda de EJA. Quem dera isso acontecesse. Se não tiver analfabetismo, então o EJA deixará de ser. Mas você tem toda razão, não dá para dizermos 100% dos jovens e adultos, inclusive porque tem um fluxo dinâmico de população.

Marta Suplicy: Talvez colocar de um jeito mais simples. “São Paulo é uma cidade sem analfabetos.” Não sabemos se será funcional, se serão analfabetos de todo o jeito. Geralmente é muito genérico e desagrada, mas ao mesmo tempo não é fictício, é uma meta, nossa São Paulo

sem analfabetos. Será pelo EJA, tem o Programa Saúde da Família que pode entrar também nisso e fazer prescritiva. Tem vários jeitos, temos que ver como pesquisaremos isso, mas, pelo menos, a vontade é essa, a cidade de São Paulo sem analfabetos.

Giovana Barbosa: Ergon?

Gabriela Chabbouh: Um minutinho. Antes do Ergon falar, para não abriremos os temas e não os fechar é importante registrarmos na ata qual foi a tomada de decisão. Eu queria consultar a Soninha, tudo bem trabalharmos com o indicador que seja a demanda atendida, ou seja, do total de procura, então mantemos a meta dos 100%?

Soninha Francine: Se isso contempla a colocação da Thaís, com certeza.

Gabriela Chabbouh: Thaís? Poderia se manifestar para registrarmos o encaminhamento? Porque como publicaremos na forma de resolução e pretendemos fazer isso o quanto antes, o encaminhamento dessa reunião e a publicação na forma de resolução, precisamos dar a informação para a versão final.

Thaís Brianezi: Sim. Eu acho que contempla porque tem um outro indicador que é a ampliação do número de vagas. Falando em nome do grande debate, porque tivemos grandes debates, estou vendo o Ergon com a mão levantada, na câmara de temáticas educacionais, quando tínhamos pensado daquele jeito havia um motivo, tem uma demanda reprimida. A pessoa não sabe que tem EJA próximo, então ela não procura, por isso trabalhamos o indicador da forma que estava antes e sem fixar quantitativo. Eu acho que se fixamos quantitativo e trabalha com a demanda de quem procura de fato e ao mesmo tempo trabalho com o indicador que continua, que é a ampliação das vagas, damos conta dessa ação que já está na educação, já está ciente, a divisão de Educação de Jovens e Adultos sabe disso. A questão é fazer com que a pessoa procure, que ela saiba que existe, que tem a noite, em todos os territórios. É um debate longo. Para sintetizar, contempla desde que se mantenha o outro indicador de ampliação do número de vagas e esse está mantido.

Giovana Barbosa: Okay, Gabi? Posso passar? Gabriela Chabbouh: Pode passar a palavra. Por favor. Giovana Barbosa: Ergon, a palavra é sua.

Ergon Cugler: Muito obrigado. Boa tarde, pessoal. Eu queria parabenizar o trabalho da Soninha, porque eu imagino (risos) o esforço gigante que foi ver todas aquelas páginas, a minuciosidade, revisar tudo, então, de verdade, parabéns. Não somente para a Soninha, mas para toda a equipe que fez a revisão. Eu quero trazer uma reflexão sobre resolução e decreto por alguns motivos. Eu me preocupo, em primeiro lugar, porque a nossa comissão não é deliberativa, ela é mais consultiva do que deliberativa, então isso já reduz um pouco o potencial de impacto que temos. Evidentemente, todo o esforço que estamos fazendo aqui de articular o prefeito, de envolver mais

secretarias, de sentar, de planejar, de dar visibilidade, alavanca um pouco o nosso alcance, mas esse é um ponto que me preocupa, não somos uma comissão deliberativa. No meu entendimento, eu acho muito importante termos essa flexibilidade porque é uma preocupação justa, Soninha, estamos vendo como traduzimos melhor para a população algo que às vezes está difícil até para nós, mas eu acho que uma coisa não exclui a outra. Por quê? Eu entendo que a legislação municipal precisa ser clara, objetiva, concisa etc., mas a legislação municipal não é o único mecanismo e o único instrumento para informar a população. No meu entendimento caberia, de verdade, termos um decreto municipal com todo o plano como anexo e essas adaptações que fazemos, preocupadas com entendimento da população, tudo bem fazermos em um espaço, seja na plataforma Participe Mais, seja como uma resolução, então fazemos essas adaptações constantes que são com o objetivo de instrução. Na minha opinião, isso não criaria uma legislação paralela. Não estamos falando de duas coisas que competiriam entre si, o que valeria seria o decreto e teríamos esse outro espaço que seria com a única preocupação de traduzir melhor se encontrássemos outras dificuldades. Para concluir, dado este contexto de não sermos uma comissão deliberativa, de termos discutido essa questão do decreto em outros momentos, eu acho que se tem algo que pode dar peso para impulsionarmos políticas públicas, outras legislações, outros espaços, é um decreto municipal. Eu não consigo visualizar, por exemplo, a Câmara Municipal planejando uma legislação observando a resolução de uma comissão do município. Eu acho que isso limita o alcance que podemos ter, então eu queria deixar essa proposta de mantermos a ideia inicial e pactuada de publicarmos enquanto um decreto e que isso não exclui a sua proposta, que eu concordo integralmente, de termos um espaço para atualizar a linguagem e a informação para a população.

Soninha Francine: A Secretaria de Governo já tinha concordado com isso de ser um decreto. Depois, em nossa segunda avaliação, concluímos que era mais verdadeiro ser uma resolução da comissão. Uma comissão que tem o governo e também a sociedade civil. Não é uma decisão, um documento produzido pelo gabinete do prefeito. É verdade que é uma resolução da comissão, mas eu entendo perfeitamente o que você quer dizer. Não sendo uma comissão de caráter deliberativo, então, digamos, ela não tem um poder coercitivo. É a presidente da comissão que vai ponderar isso junto com a comissão. Eu estou aqui apenas manifestando uma opinião. Talvez pudesse ter um decreto dizendo: “Existe uma comissão que produziu este documento, Agenda 2030, nesses termos.” Talvez, não necessariamente com os indicadores, com as metas municipalizadas... Não sei. Estou pensando alto, estou falando e elaborando ao mesmo tempo. Não consigo imaginar um decreto com anexo de 500 páginas. Você entende?

Marta Suplicy: Qual é a vantagem de ter um decreto? Eu também estou perguntando para poder me posicionar e entender melhor.

Soninha Francine: O decreto tem o poder coercitivo de comprometer as outras secretarias. Não sei que diferença faria esse decreto quando temos uma meta para 2030. Estou aqui elaborando de

novo. O plano de trabalho faz mais sentido que seja um decreto, porque ele é o compromisso deste governo para os próximos quatro anos, não o decreto dizendo que em 2030 queremos chegar a esse ponto, inclusive porque, como vocês sabem, muitas metas e indicadores não tem nenhuma governabilidade do município. Quando falamos, por exemplo: “Queremos que a permanência no ensino superior seja maior. Queremos mais estudantes de nível superior, mais mulheres, mais pessoas negras e que elas concluem.” Queremos ver como o município pode participar dessa construção, mas não é um compromisso do município que as pessoas consigam concluir o ensino superior no tempo adequado. Quando construímos o plano de trabalho, que a prefeitura se compromete a fazer, para chegarmos a 2030 nessas condições, isso eu acredito que faz mais sentido que seja um decreto do prefeito.

Marta Suplicy: O que você falou e eu gosto é que tem de ser por quatro anos, temos que pensar isso. Tudo o que fica até 2030, as pessoas postergam. Se temos que entregar algo daqui a quatro anos, nós temos quem nos cobra para daqui a quatro anos entregar o que foi proposto. Se será decreto ou que será, eu acho que podemos elaborar depois. Mas esse plano de ação que será iniciado, que as pessoas se inscreverão nesse plano e naquele, tem que ser planejado para quatro anos. E, se possível, de longe para perto, para não chegar faltando um ano e ter coisas que não darão para exercer. Aí será o nosso compromisso, faremos em quatro anos, os temas que serão mais focados e a expectativa em cada ano de entrega, é isso que tem de ser feito. Cada temática, eu acho que agora viraram seis, não é? Tem que ter alguma pessoa que dirija essas temáticas, faça o cronograma e cobre. Depois precisa ver com a agenda como será cobrada dentro da própria temática a entrega da produção. Se deixar para entregar depois de sei lá quanto tempo, quando você abrir o olho não foi feito que deveria, então tem de se ter um cronograma muito claro. Eu acho que é a parte mais importante disso.

Soninha Francine: Tem mãos levantadas?

Giovana Barbosa: Tem. Posso passar a palavra para a Kaísa? É a Kaísa, depois o Ergon.

Kaísa Santos: Oi, Soninha. Oi, a todos. Aqui é a Kaísa do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil. Soninha, parabéns pelo trabalho na revisão. Nós entendemos a municipalidade das coisas, que as metas têm que vir para quatro anos e tudo o mais, porém na revisão da agenda, eu queria saber qual o empecilho para termos um pouco mais de tempo, porque nós trabalhamos em câmaras temáticas, nós tivemos convidados que não são do meu conselho, queríamos levar algumas coisas, algumas pontuações, página por página, para eles e depois trazer outra sugestão ou fazer um comentário. Não precisa ser uma reunião aberta, mas um documento aberto para colocarmos alguns comentários e ter um pouco mais de tempo para isso. Está bem? Não sei se isso é válido, se temos que abrir para votação, mas é isso. Parabéns pelo trabalho.

Soninha Francine: Seguimos com os inscritos? Eu acho que o Ergon e o Igor também, não é?

Giovana Barbosa: Isso.

Ergon Cugler: Eu concordo com a Kaísa sobre talvez aumentarmos o prazo. A minha preocupação de termos o plano era para ter em mãos, para observarmos como ele estava, era essa a urgência que estávamos pautando. Eu acho que tendo agora ele em mãos está tudo bem darmos um respiro, observá-lo, ver se tem alguma coisa que precisamos retocar. Sobre a questão do decreto, da resolução e dos quatro anos, eu concordo com vocês. Eu entendo que a gestão precisa se comprometer com a gestão atual, não pode ficar empurrando coisas para a próxima, ainda assim, eu acho que não existe dicotomia, não existe contradição. Temos plano municipal de educação que dura 10 anos, temos plano municipal de saúde que dura 10 anos. Estamos falando de um plano da Agenda 2030 que tudo bem durar 10 anos e que geralmente eles são apresentados em forma de decreto, em forma de plano municipal. Eu tenho de verdade essa preocupação, Soninha. Eu entendo que aqui temos um pacto entre sociedade civil e governo de que as secretarias estão mobilizadas, mas a minha preocupação é pela institucionalidade disso além do pacto da gestão atual. Não sabemos quem será a próxima gestão, não sabemos como muda a situação, então eu acho que ter um decreto, aqui eu concordo com a proposta intermediária que você apresentou, apontando que existe a resolução da comissão, por exemplo, respalda para eventuais novas gestões que podem não ter essa sensibilidade que a atual gestão tem. A preocupação, sendo muito sincero, é conseguirmos reproduzir essa lógica dos planos decenais, de dez anos, e assegurar para além desse período de gestão todo esse esforço que estamos planejando, porque senão chega a outra gestão e não sabemos se valorizará o documento interno de uma comissão consultiva, se jogará fora tudo o que nos esforçamos.

Marta Suplicy: Se quiserem jogar fora, jogarão fora. Você falou e eu gostei muito, tem que ter um olhar grande para os dez anos. Você tem toda a razão. Mas temos que ter um compromisso de entrega de quatro, é isso que tem de ser, porque se não tivermos um compromisso de entrega, falaremos: “Isso não deu, mas ficará para o próximo.” Depois, se eles farão ou não, não temos ideia. Se fizermos muito bem feito e deixar algo com muito respaldo, muito respeitada, continuará. Se ficarmos, não vai.

Giovana Barbosa: Tudo bem Ergon? Posso passar a palavra para o Igor? Quer complementar? Está bem. Igor?

Igor Pantoja: Boa tarde. Tentarei ser rápido para avançarmos. Além de dar os parabéns para a equipe que trabalhou nesse documento e resgatando o trabalho que tinha sido feito arduamente ao longo dos últimos meses do ano passado. A minha fala é para reforçar um pouco do que a Kaísa falou sobre a importância de termos um pouco mais de tempo para analisar essas mudanças. É claro, como o Ergon falou, nós estamos muito ansiosos para ver esse documento pronto, publicado, então também temos que agir rápido, mas como a Kaísa complementou

também contamos com o trabalho de muita gente, seria importante dar uma olhada, principalmente do ponto de vista dos técnicos que participaram da elaboração, não somente da prefeitura, mas também da sociedade civil das câmaras temáticas. Mesmo que não seja uma consulta formal, para passar pelas câmaras temáticas etc., ainda falaremos disso, mas, pelo menos, um tempo a mais para conseguirmos coletar algumas opiniões maiores para aprovação. Então pode ser até a sugestão da Kaísa de ser um documento aberto que possamos fazer os comentários e facilitar esse processo. É isso, o comprometimento de fato com as ações desta gestão de quatro anos, mas, também, reiterando o que a secretária Marta falou, precisamos desse olhar de longo prazo para poder ter ações estratégicas. Esses indicadores são cruciais nesse sentido de tentar estabelecer qual a visão comum que temos para 2030 e a partir daí criar ações via programa de metas, via PPA etc. que essa gestão se comprometa para irmos avante e além dessa agenda se for o caso. Quanto ao decreto, resolução, também tem essa dúvida se o decreto consegue ser um pouco mais forte, talvez conseguir amarrar melhor a ação das secretarias depois. Isso é uma questão que vocês podem analisar melhor. Obrigado.

Soninha Francine: Continuamos com a agenda ou termina esse ponto? Giovana?

Giovana Barbosa: Gabi, o que você acha? Eu acho que seria importante pensarmos sobre quanto tempo seria, se é possível, então nós já encaminhamos.

abriela Chabbouh: Eu me preocupo um pouco com o prazo. Eu acho que tanto o prazo de publicação da Agenda Municipal 2030, que já teve a manifestação de um compromisso da prefeitura de São Paulo de publicá-la ainda em maio, então estamos correndo contra o tempo, mas também acho que a principal preocupação de iniciar os trabalhos de elaboração do plano de ação para a implementação da Agenda 2030, porque estabelecemos os compromissos desta gestão, dos quatro anos, como colocou a secretária Marta, como colocou a própria Soninha e como o restante dos participantes já colocaram. Conforme o decreto 60.166 de abril desse ano, temos até o final de setembro para publicar o plano de ação, então me preocupa gastarmos mais tempo, apesar de importante, na Agenda Municipal 2030 e consumir o tempo que temos para elaborar o plano de ação. Mas eu acho que podemos chegar a uma proposta de ainda receber sugestões de defesa dos integrantes da comissão em relação a versão que foi aprovada em dezembro de 2017, pequenos ajustes pontuais para a Soninha avaliar de repente até o final da próxima semana para que consigamos ainda no mês de maio fazer a publicação na forma de resolução da comissão.

Soninha Francine: O Estevão está com a mão levantada? Giovana Barbosa: Isso.

Estevão Nicolau: Boa tarde. Eu queria fazer uma consideração nesse sentido do encaminhamento que a Gabi acabou de dar. Eu tenho a mesma preocupação. Estamos perdendo muito tempo corrigindo forma e depurando muito um documento. Eu acho que a relevância maior dele é dar o

pontapé inicial a discussão e se materializar lá no plano de ação. Nós aqui da saúde estamos em um momento de começar o processo de planejamento do Plano Municipal de Saúde, é um processo bastante participativo, ascendente e neste momento a não publicação dos compromissos da Agenda 2030 já é um fator que nos atrapalha. Nós estamos ansiosos para que esse documento seja público, precisamos dar o pontapé inicial do nosso planejamento já colocando isso como diretriz, então eu gostaria de pedir encarecidamente à comissão que avalie a pertinência de termos mais tempo aprimorando o formato desse documento. O conteúdo dele, eu imagino que já esteja validado, já passou por um processo amplo de construção e validação. Considerem isso, esse tipo de documento é muito mais útil público como está do que com eventuais pequenos ajustes que podem atrasar um mês. É um pedido que nós fazemos.

Vivian Satiro: Eu acho que talvez, Kaísa e Igor, podemos deliberar um meio termo. É muito provável que após a discussão do plano de ação e na construção do plano de ação pelas câmaras temáticas, nós encontremos pontos de melhoria no documento original. Tendo em vista o que o Ergon falou, é um documento que talvez caiba atualização constante, podemos nos comprometer na resolução ou no decreto que findado o período de discussão do plano de ação, se forem encontrados pontos de melhoria no documento original faremos alterações nele para que enfim consigamos seguir o cronograma e não ter mais prejuízo nisso. Se vocês acharem que isso faz sentido podemos começar a discussão do plano de ação a partir do cronograma que a Gabriela apresentará e ficando claro que alguns pontos da agenda e do texto original precisam ser melhorados, aprimorados ou rediscutidos, nós podemos fazer essa revisão. Inclusive, eu acho que precisamos nos comprometer a fazer essa revisão no período pós pandêmico, porque imaginamos que os indicadores sofrerão uma mudança considerável, então podemos pensar no momento de uma revisão daqui a um período maior, daqui a um ano, um ano e meio, dois anos. Não sei quando a pandemia acabará, mas é uma sugestão de encaminhamento que fica no meio termo do que vocês falaram e do que o Estevão e a Gabriela falaram. Obrigada.

Giovana Barbosa: A Kaísa e o Igor estão com a mão levantadas. Esqueceram de abaixar ou estão... Kaísa, você primeiro. Igor depois.

Kaísa Santos: Por mim, mantendo na resolução ou no decreto alguma coisa falando que pode ter alteração, tudo bem.

Vivian Satiro: O Igor se manifestou aqui no chat de que em uma semana consegue fazer essas considerações. Uma semana não prejudica o cronograma.

Kaísa Santos: Se for uma semana está bem.

Vivian Satiro: (Se a secretária) [00:39:45] Marta e a Soninha estiverem de acordo, eu acho que uma semana não tem grandes problemas.

Kaísa Santos: Uma semana dá.

Vivian Satiro: (inint) [00:39:53] para julho, agosto e não conseguimos dar encaminhamento e endereçamento para a discussão que vocês fizeram.

Giovana Barbosa: Soninha?

Soninha Francine: Eu concordo se a secretária concordar também e pensando que seja bem objetivo. “Revendo a meta 15, eu entendo que a redação ‘x’ precisaria ser melhor.” Algo bem objetivo. Então consideramos que essa primeira etapa está concluída, mas não é talhada em pedra. Podemos pensar se isso será revisto a cada seis meses, a cada quatro, eu acho que cabe estabelecer desde já. Nem que seja a cada ano, cabe dizermos que será revisto e discutir esse prazo.

Giovana Barbosa: Para encaminhamento, Soninha, ficamos com o prazo de uma semana?

Soninha Francine: No máximo. (risos) Porque tem esse compromisso público de que isso será publicado até o fim do mês, então se fosse até terça-feira seria melhor. Tem um fim de semana no meio. (risos) Mas tudo bem, se vocês disserem que não dá, quem sou eu para dizer que tem de ser mais rápido? Eu demorei também, não é? Uma semana, pode ser.

Giovana Barbosa: Então 27 de maio. Nós temos até o dia 27 de maio para receber as contribuições de vocês pelo nosso e-mail “SPODS”. Pronto.

Vivian Satiro: O Igor está pedindo o documento em versão aberta. Igor, a Gabriela, a Ana ou a Giovana podem compartilhar no final da reunião.

Gabriela Chabbouh: Combinado. Eu acho que temos um encaminhamento em relação a revisão finalíssima para a publicação final do documento. Compartilharei novamente a minha tela para passarmos o próximo tema, o próximo ponto de pauta da nossa reunião. Temos ainda na reunião de hoje a questão da... Eu gostei que consegui compartilhar. Vocês estão vendo bem? Eu gostei de ter conseguido compartilhar somente o PowerPoint, porque às vezes é ruim não conseguir ver vocês quando compartilho a tela inteira.

Giovana Barbosa: Agora, sim.

Gabriela Chabbouh: Maravilha. O próximo ponto da nossa pauta é a aprovação do regimento interno. Tendo em vista a publicação das alterações no decreto que regulamenta a Lei 16.817, fizemos algumas alterações, fez uma proposta de alteração do regimento interno para que ele

estivesse de acordo com a nova governança da Comissão Municipal ODS, que é agora compartilhada entre Relações Internacionais, governo e o Verde, com presidência da Secretaria de Relações Internacionais, a Secretaria de Governo atuando como diretoria executiva, na figura da Secretaria Executiva de Planejamento, a Secretaria de Governo é responsável pela integração dos instrumentos de planejamento e por isso se mantém na diretoria executiva, mas a Secretaria de Relações Internacionais assume a presidência com o papel de porta-voz da comissão, com esse papel de promoção das ações da prefeitura tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Eu gostaria de escutar vocês, se tiveram a oportunidade de ler as revisões e se gostariam de fazer alguma contribuição para o documento final.

Ergon Cugler: Gostaria de manifestar que eu li e estou de acordo.

Gabriela Chabbouh: Maravilha, Ergon. Muito obrigada. Se alguém tiver mais alguma contribuição... O documento traz somente a revisão necessária para que a comissão funcione da forma como está prevista por esse decreto revisado, que trata dessa governança compartilhada entre as três secretarias. Consideramos aprovado e da mesma forma como ele foi publicado enquanto resolução, então a resolução número um da Comissão ODS de 2020 é o documento regimento interno, fazemos uma nova resolução publicando o regimento interno atualizado. Não tendo nenhuma consideração em contrário, consideramos o novo regimento interno da Comissão ODS aprovado. Vamos para esse ponto que é tão importante, tão caro para o nosso processo de trabalho 2021, que é a elaboração do plano de ação que chamamos de Plano de Ação ODS, mas no decreto se chama Plano de Ação para a Implementação da Agenda 2030. Tendo publicada a Agenda Municipal 2030 até o final de maio de 2021, à luz da Agenda Municipal 2030, à luz dessa visão que teremos publicado para a cidade para o ano de 2030, passamos para as metas referentes ao período de quatro anos, 2021, 2024, conforme previsto no decreto. Estamos propondo uma metodologia de elaboração do Plano de Ação ODS em que façamos à luz do que fizemos e como a secretária Marta já colocou é muito importante termos um plano de trabalho. Eu não sei o que vocês acharam do desenho, da elaboração dos planos de trabalho das câmaras temáticas no ano passado, mas eu achei muito útil cada câmara temática ter um plano de trabalho com a clareza de quais temas seriam discutidos em cada uma das reuniões para conseguir cumprir o prazo de entrega. Estamos propondo a mesma coisa para a elaboração do plano de trabalho, que tenhamos uma primeira etapa de elaboração dos planos de trabalho das câmaras temáticas, mostraremos para vocês como estamos propondo que as câmaras táticas se organizem para os trabalhos de elaboração do plano de ação. Na sequência a análise dos compromissos do programa de metas, então precisamos entender, a partir dos compromissos estabelecidos para os próximos quatro anos, como isso impacta as metas da agenda. Basicamente, precisamos olhar para como os indicadores da agenda serão impactados pelas ações que foram definidas como prioritárias para os próximos quatro anos e precisamos incorporá-las no plano de ação para a implementação da Agenda 2030 com metas anuais para os indicadores que serão afetados pelas ações previstas no programa de metas. Além disso, não é somente o que está previsto no plano

de metas que incluiremos no plano de ação, a nossa proposta é que olhemos também para as outras ações que estarão previstas dentro do plano plurianual, ou seja, as outras ações que acontecerão nos próximos quatro anos e que consigamos dialogar com essas ações para priorizar as ações que serão realizadas no âmbito da Agenda Municipal 2030 nos próximos quatro anos. Estamos propondo esses dois momentos, o momento número um é dialogar com aquilo que está dado e o momento número dois é o que mais pode ser incluído enquanto compromisso para os próximos quatro anos, essa é a metodologia em termos gerais. Em termos específicos estamos propondo um conteúdo mínimo para um plano de ação, um conteúdo mínimo para a elaboração do plano de trabalho das câmaras temáticas, como fizemos no ano passado, indicando o nome da câmara temática, o que será objeto de análise daquela câmara temática, qual será o calendário de reuniões e um plano de trabalho para cada uma das câmaras temáticas. Depois da elaboração desse plano de trabalho passamos para a primeira rodada de discussões. Estamos propondo que aconteça após a aprovação dos planos de trabalho entre o dia 25 de junho e o dia 4 de agosto. Nesses primeiros, mais ou menos, 30 dias nos debruçaríamos sobre os compromissos do programa de metas para que eles estejam refletidos no Plano de Ação ODS e na sequência entraríamos na análise das ações previstas para o plano plurianual olhando para como essas ações impactariam as metas da Agenda Municipal 2030. Teríamos um Plano de Ação ODS, um plano de ação para implementação da Agenda 2030, em que teríamos metas para aqueles indicadores da agenda aos quais teremos ação nos próximos quatro anos, e elencados os conjuntos de ações que serão desenvolvidos pela prefeitura para alcançar essas ações e em alguma medida discutirmos no futuro ou durante esse processo, quais ações serão desenvolvidas pela sociedade civil para chegarmos mais perto dessas metas que estarão estabelecidas na Agenda Municipal 2030. Essa é a proposta de metodologia para o plano de ação. Para entregá-lo, ou seja, cumprir essas etapas, estamos propondo que as câmaras temáticas se organizem de forma parecida com a que elas se organizaram no ano passado, mas um pouco diferente. Apontarei as diferenças. Estamos propondo que elas sejam organizadas em seis câmaras temáticas em vez de sete, então renomeamos, rebatizamos o nome das câmaras temáticas para que elas dialoguem com os eixos do programa de metas. A Câmara de Temáticas Ambientais, seria a Câmara São Paulo Sustentável; a Câmara de Temáticas Urbanas, seria São Paulo Segura, Bem Cuidada e Ágil; a Câmara de Saúde e Bem-Estar, continua Saúde e Bem-Estar; a Câmara de Temáticas Educacionais, Câmara Educacional; a Câmara de Temáticas Sociais passa a ser chamada São Paulo Justa e Inclusiva; e a Câmara de Fortalecimento Institucional, a proposta é que seja unida com a Câmara de Temáticas Econômicas por alguns motivos, identificamos que entre as é somente o que está previsto no plano de metas que incluiremos no plano de ação, a nossa proposta é que olhemos também para as outras ações que estarão previstas dentro do plano plurianual, ou seja, as outras ações que acontecerão nos próximos quatro anos e que consigamos dialogar com essas ações para priorizar as ações que serão realizadas no âmbito da Agenda Municipal 2030 nos próximos quatro anos. Estamos propondo esses dois momentos, o momento número um é dialogar com aquilo que está dado e o momento número dois é o que mais pode ser incluído enquanto compromisso para os próximos quatro anos, essa é a metodologia em termos

gerais. Em termos específicos estamos propondo um conteúdo mínimo para um plano de ação, um conteúdo mínimo para a elaboração do plano de trabalho das câmaras temáticas, como fizemos no ano passado, indicando o nome da câmara temática, o que será objeto de análise daquela câmara temática, qual será o calendário de reuniões e um plano de trabalho para cada uma das câmaras temáticas. Depois da elaboração desse plano de trabalho passamos para a primeira rodada de discussões. Estamos propondo que aconteça após a aprovação dos planos de trabalho entre o dia 25 de junho e o dia 4 de agosto. Nesses primeiros, mais ou menos, 30 dias nos debruçaríamos sobre os compromissos do programa de metas para que eles estejam refletidos no Plano de Ação ODS e na sequência entraríamos na análise das ações previstas para o plano plurianual olhando para como essas ações impactariam as metas da Agenda Municipal 2030. Teríamos um Plano de Ação ODS, um plano de ação para implementação da Agenda 2030, em que teríamos metas para aqueles indicadores da agenda aos quais teremos ação nos próximos quatro anos, e elencados os conjuntos de ações que serão desenvolvidos pela prefeitura para alcançar essas ações e em alguma medida discutirmos no futuro ou durante esse processo, quais ações serão desenvolvidas pela sociedade civil para chegarmos mais perto dessas metas que estarão estabelecidas na Agenda Municipal 2030. Essa é a proposta de metodologia para o plano de ação. Para entregá-lo, ou seja, cumprir essas etapas, estamos propondo que as câmaras temáticas se organizem de forma parecida com a que elas se organizaram no ano passado, mas um pouco diferente. Apontarei as diferenças. Estamos propondo que elas sejam organizadas em seis câmaras temáticas em vez de sete, então renomeamos, rebatizamos o nome das câmaras temáticas para que elas dialoguem com os eixos do programa de metas. A Câmara de Temáticas Ambientais, seria a Câmara São Paulo Sustentável; a Câmara de Temáticas Urbanas, seria São Paulo Segura, Bem Cuidada e Ágil; a Câmara de Saúde e Bem-Estar, continua Saúde e Bem-Estar; a Câmara de Temáticas Educacionais, Câmara Educacional; a Câmara de Temáticas Sociais passa a ser chamada São Paulo Justa e Inclusiva; e a Câmara de Fortalecimento Institucional, a proposta é que seja unida com a Câmara de Temáticas Econômicas por alguns motivos, identificamos que entre as temáticas econômicas, temos um número menor de temas que são de responsabilidade da prefeitura e os temas de fortalecimento institucional estão relacionados, então a proposta é que seja unificada em uma câmara chamada São Paulo Eficiente, Inovadora e Criativa. Estamos fazendo uma proposta da coordenação de cada uma das câmaras temáticas e vocês podem tanto se manifestar no sentido de querer participar de outras câmaras temáticas que não participavam em 2020, quanto sair de câmaras temáticas que vocês não gostariam de acompanhar em 2021. Basicamente, a nossa proposta é escutar vocês em relação a proposta de plano de ação, de metodologia para elaboração do plano de ação e em relação a proposta de divisão em câmaras temáticas. Se vocês tiverem contribuições... Eu acho que a Vivian quer complementar.

Vivian Satiro: Antes de passar a fala para o pessoal, Gabi, se você puder deixar na tela das câmaras temáticas. Essa semana começamos a discussão com a secretaria sobre a construção dos programas no plano plurianual e compartilhamos com todas as secretarias os indicadores que

vocês discutiram ao longo do último semestre de 2020 para a construção da Agenda ODS da cidade de São Paulo. Eu acho que isso é muito importante porque estamos partindo da Agenda, da discussão que vocês fizeram para fazer a construção do PPA dos próximos anos. Isso dá uma relevância para o trabalho que vocês tiveram (inint) [00:52:58] não seja deliberativo como o Ergon apontou, mas de que a prefeitura está usando o material, está se valendo disso como um ponto de partida para a construção do plano plurianual, então isso é muito importante. A outra coisa é a sugestão da mudança das câmaras temáticas, que não é mera mudança semântica. Para nós não é uma mera mudança de nome, é muito valioso para essa gestão que todos os instrumentos de planejamento dialoguem, que caminhem em uma mesma direção, que caminhem juntos, unidos, coordenados etc. Em que pese os grupos serem muito parecidos e nós demos uma importância muito grande para saúde e educação, porque são os dois temas mais pesados, mas acreditamos que todos os outros sejam mais fáceis de encontrar depois nas outras peças de planejamento, ligações, links e aquilo que tem impacto na Agenda ODS se estivermos falando das mesmas coisas. Se chamamos pelo mesmo nome e se o conceito usado for o mesmo, então a noção de direção (inint) [00:54:12]. Essa é a sugestão. Agora o que vocês acham disso. Obrigada, Gabi.

Giovana Barbosa: A primeira pessoa que se voluntariou para contribuir é o Ergon.

Ergon Cugler: Eu achei excelente, está ótima a proposta. Eu concordo com ela, tenho somente uma preocupação. A maior parte das câmaras temáticas está entre 10 e 20 e poucas metas, será que juntar fortalecimento institucional com a econômica e deixar 62 metas não ficará muito pesado? Eu digo pesado em relação a demanda de trabalho, mas principalmente porque estamos falando de elencar quais são as prioridades dentro das metas de cada câmara temática. Nós de educação teremos 10, será tranquilo conseguir elencar prioridades, mas elencar prioridade entre 62, eu não sei se será um trabalho fácil. Eu acho que fica um pouco mais pesado, até desequilibrado para conseguir elencar. Faz sentido, sim, juntar o fortalecimento institucional com econômica, mas queria trazer essa preocupação porque acho que ficará sobrecarregada essa (falha no áudio).

Gabriela Chabbouh: Travou um pouquinho para mim o final da fala do Ergon.

Soninha Francine: Para mim também.

Gabriela Chabbouh: Então está bem. Eu acho que entendi, ele está preocupado com a possibilidade dessa câmara temática ficar sobrecarregada. Na verdade, das 32 metas, eu tenho uma ideia. Não sei se a coordenadora da câmara de temáticas está aí ou a Mariana Barra que também participou bastante do trabalho. Das 32, tinham 12 que eram metas não municipalizadas, porque são temas de economia, regulação econômica, que não são de atribuição do município de São Paulo. A Marina está aí, depois ela pode complementar. Eu, inclusive, passei na frente de

todos. (risos) Eu estava apenas fazendo a defesa em relação a preocupação do Ergon. Nós levamos isso em consideração e eu acho que ela não ficará sobrecarregada porque ela não tem governabilidade sobre os temas.

Giovana Barbosa: Para complementar a Gabi, eu acho que seria importante passarmos a palavra para a Marina que levantou a mão aqui, depois temos a escuta do Estevão também. Tudo bem? E da Soninha. Marina?

Marina Nogutti: Oi, boa tarde. Vocês me escutam bem?

Giovana Barbosa: Sim.

Soninha Francine: Sim.

Marina Nogutti: Legal. Como coordenadora da provavelmente antiga Câmara de Temáticas Econômicas, eu gostaria de pontuar algumas questões. A primeira é que por um lado, eu vejo com bons olhos essa cisão porque tínhamos um problema de quórum da Câmara de Temáticas Econômicas, não foi a câmara temática que teve mais adesão, então tínhamos essa dificuldade de quase sempre estar no limite do quórum para fazer as deliberações. Nesse sentido, poder agregar mais membros é muito positivo. Por outro lado, essa preocupação do Ergon é pertinente porque são poucas metas, você falou 12, não é, Gabi? Eu tinha a lembrança de que eram 18, mas, com certeza, são menos de 20. Por mais que sejam relativamente poucas são bem complexas, bem técnicas. A própria comissão tinha muita dificuldade de entender alguns desses indicadores, porque eles são minuciosos, a fórmula de cálculo é complexa também. É importante pontuar essas duas considerações, que cada uma é contra ou a favor a essa cisão. Eu deixo a cargo da comissão decidir, mas achei pertinente levantar esses dois pontos.

Giovana Barbosa: Obrigada Marina. Estevão?

Estevão Nicolau: Estou aqui. O microfone estava desligado. Boa tarde. Eu pedi no chat a gentileza de vocês voltarem na tela do cronograma, das etapas da proposta de metodologia. Um minutinho. Eu precisava disso porque uma das minhas questões é em relação ao tempo. Eu tive a oportunidade de externalizar essa preocupação já na primeira conversa, na nossa reunião anterior. Eu acho que estamos com um cronograma que inviabilizará ter o plano de ação como diretriz do nosso planejamento. Esse cronograma inevitavelmente nos obriga a planejar sem ter o plano de ação como norte. Por quê? Eu entendo que vocês estão propondo isso em função das participações, em especial, programas de metas e PPA, certo? O que me parece ser um movimento inverso. Eu imagino que o plano de ação dos ODS deveria alimentar o produto final da participação de PPN e PPA. Aqui eu quero acrescentar os outros instrumentos setoriais, o Plano Municipal de Saúde, o Plano de Educação, o Plano da Primeira Infância e uma série de

outras participações. Agora o Plano Municipal de Segurança Alimentar. Eu me remeto ao artigo primeiro da Lei 16.817, que se refere a Agenda 2030 no município, “fica instituído o programa municipal de implementação da Agenda 2030, que deve ser implementada por todos os municípios até o ano de 2030 para orientar políticas públicas para a segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades, erradicação da pobreza, energia, água, saneamento etc.”. Ou seja, temos uma série de outros instrumentos temáticos setoriais que deveriam ser alimentados com diretrizes dos ODS, então a minha preocupação da reunião passada se concretiza, porque talvez estejamos perdendo o time de um instrumento norteador de diretrizes por seguir a mesma receita de outros instrumentos que já existem. Eu me preocupo com fazermos um novo instrumento quadrienal que repetirá o que foi definido como prioridade pelo município. O programa de metas terá as suas diretrizes, o PPA terá as suas diretrizes. A política pública real do território será definida aqui pelas equipes da temática de saúde de forma muito mais profunda. O que eu sinto falta no planejamento na prefeitura como um todo? Um instrumento que seja articulador entre essas distintas peças de planejamento, um articulador. Hoje o programa de metas e o PPA não cumprem esse tipo de função. Eles reduzem o escopo e o PPA tem um foco muito mais financeiro, orçamentário, certo? Eu sinto falta e esperava muito que o plano de ação dos ODS fizesse essa função da transversalidade entre os instrumentos, por exemplo, nós temos metas que conversam diretamente nos ODS com a Secretaria de Educação. Programa Saúde na Escola, PSE, temos uma meta ODS para 2030 a ser alcançada. Nós precisamos de ações conjuntas e eu gostaria que sob o pano dos ODS a Secretaria de Educação colocasse isso no Plano Municipal de Educação e que isso fosse um compromisso pactuado conjuntamente sob esse guarda-chuva, que é transversal, tanto no Plano Municipal de Saúde, quanto no Plano Municipal de Educação. Esse tipo de transversalidade institucional formal, nós não temos. Eu gostaria de deixar para vocês que talvez os ODS ou o plano de ação dos ODS possa cumprir muito bem esse propósito.

Vivian Satiro: Eu não sei quem está com a mão levantada, Giovana, mas se eu puder...

Giovana Barbosa: Por favor, complemente.

Vivian Satiro: Eu tentarei dialogar com a sua fala, Estevão. Na verdade, o documento transversal é a agenda que ainda não publicamos, por isso, mesmo ela não publicada, nós compartilhamos com as secretarias para a elaboração do programa de metas e do plano plurianual. Infelizmente, eu acho que não temos condição de construir um único instrumento de planejamento que dê conta de abarcar todas essas especificidades e características que você trouxe na sua fala, por isso é tão importante que os instrumentos de planejamento criados caminhem para a mesma direção. Se entendemos que esse documento de 10 anos, que é a Agenda 2030, mesmo que tenha algum tipo de revisão ou previsão de alteração ao longo do caminho, é o nosso norteador, os documentos que virão em seguida devem perseguir e persistir nesse caminho. Talvez a grande diferença seja se estamos elaborando esses documentos de forma simultânea e na mesma área.

Eu acho que a criação da Secretaria Executiva de Planejamento nasce dessa preocupação. Nós sabemos e conhecemos todos os outros instrumentos e planos que a prefeitura tem e é nosso papel agora fazer com que esses instrumentos e planos caminhem para o mesmo lado ou que minimamente apontem para a mesma direção. Um plano de 10 anos está me apontando uma direção que passa no mínimo por duas gestões. O PPA tem essa ideia de continuidade, porque pega o segundo ano e o primeiro da próxima gestão e a partir disso amarramos os instrumentos, amarramos as políticas públicas e os indicadores. A partir do momento que começarmos a olhar para os indicadores da Agenda 2030 e acompanhá-los de forma mais séria, nós também comprometemos as próximas políticas públicas que forem criadas para melhoria desses indicadores, desses números. Talvez a nossa preocupação tenha que ser muito maior em coordenar esses instrumentos todos e em pensar como faremos para que todos esses instrumentos deem boas respostas aos compromissos que queremos assumir para a Agenda 2030, do que imaginar que a Agenda 2030 possa ser esse grande instrumento que dará resposta para todos esses problemas de coordenação das políticas públicas. A ideia é que façamos um planejamento que coordene os instrumentos e não criar um instrumento coordenador dos outros instrumentos. Eu acho que a comissão é muito importante nesse sentido, porque a sociedade civil acompanhando os indicadores, acompanhando o planejamento da prefeitura, acompanhando a continuidade das gestões, pode trazer muitas contribuições, além do controle social daquilo que está sendo continuado ou descontinuado e também esse poder de mostrar que isso é importante tem que continuar ou talvez não, talvez esse seja o grande papel da discussão da Agenda ODS, de uma agenda de mais longo prazo. Eu pensaria mais nesse sentido.

Giovana Barbosa: Soninha? Soninha, você está sem microfone?

Soninha Francine: Alô? Agora foi.

Giovana Barbosa: Pronto, melhorou.

Soninha Francine: Obrigada. (risos) Eu quero dizer que concordo com os dois e vejo na fala do Estevão duas questões. Uma, como ele diz, é a metodologia, o ovo ou a galinha, quem organiza o quê. É mais difícil ainda, Ergon. Eu anotei, pelo menos, 31 planos ou políticas municipais que são mencionados na Agenda 2030, sem contar, por exemplo, uma determinada meta que fala dos planos previstos no Plano Diretor que ainda não foram construídos. Tem mais de 30 planos municipais que já têm as suas metas, os seus indicadores, as suas diretrizes, que de alguma maneira precisam ser conciliados. Você vê o Plano Municipal (inint) [01:09:04] da assistência social traz algumas coisas que precisam ser executadas com a saúde, com a educação, com a cultura e com o esporte. A comissão de ODS, os ODS têm essa cara é difícil separar porque eles são superpostos, coincidentes, complementares. Tem a questão do prazo, tem o calendário andando, o PPA, LDO, LOA e tem a questão do método. Seria difícil de qualquer maneira,

mesmo que tivéssemos todo o tempo do mundo antes do PPA ainda assim apresentar um plano de trabalho que não seja como todos os outros mecanismos, todo fechado em caixinhas, seria desafiador. Estávamos conversando, a secretária Marta entende que, diferentemente do que aconteceu no ano passado em que todos os representantes da educação fizeram parte da Câmara Educacional, precisa haver representantes da educação na comissão de saúde. Quero dizer, estou usando o nome errado. Alguém da educação na Câmara Técnica de Saúde, na Câmara Técnica de Desenvolvimento Social, de Meio Ambiente, porque em todos ODS alguma hora fala: “Professor, sala de aula, escola.” Deverá ter preparação para identificar a ameaça de um desastre natural, os professores têm de ter essa orientação para orientar os estudantes. A orientação sexual para evitar gravidez indesejada, educação ambiental. É um exemplo de como mantemos as câmaras sob uma coordenação óbvia, saúde coordena saúde, mas com presenças mais distribuídas das secretarias em outras câmaras e em especial educação, que é muito mencionada no documento inteiro como tendo outras responsabilidades além das 10 metas já cheias de indicadores. Deu para ouvir?

Giovana Barbosa: Deu.

Gabriela Chabbouh: Eu escutei bem, a Marlene colocou no chat que travou para ela. Marlene, se você ficou com a alguma dúvida, pode perguntar e a Soninha Francine pode complementar.

Soninha Francine: Na verdade eu só dei uma opinião, não dei nenhum encaminhamento. (risos) Segui a orientação da Marta sobre a educação estar mais presente nas câmaras todas. O Estevão falou do prazo em princípio, não é? Não sei se temos uma proposta de um cronograma diferente, um prazo diferente.

Vivian Satiro: Eu acho que o Estevão pode olhar de novo no cronograma e fazer sugestões, os demais membros da comissão também. É importante termos em mente que a grande ideia da discussão da comissão é que vocês possam contribuir com o planejamento da gestão. Como podemos fazer um planejamento ideal e incrível pensando nos ODS, mas que talvez não sejam incorporados nos instrumentos de planejamento deste governo. Então é importante imaginar que os tempos e movimentos precisam ser minimamente casados para que consigamos influenciar o PPA, a Lei Orçamentária do ano que vem e os demais instrumentos serem amarrados à medida que fizermos essa discussão ou essas discussões. É importante não perder isso de vista.

Giovana Barbosa: Secretária, posso passar a palavra para a Thaís? Ela quer fazer uma colaboração. Thaís?

Thaís Brianezi: Obrigada. Eu entendo a angustia e preocupação do Estevão, mas os planos têm temporalidades diferentes. Eu coloquei aqui no chat, por exemplo, eu acho que vocês têm a oportunidade de elaborar quase conjuntamente bebendo na fonte o Plano Municipal de Saúde,

mas no caso da educação, por exemplo, que o Plano Municipal vai até 2025 é um diálogo inverso. Nós pegamos o Plano Municipal de Educação como referência, então eu acho que terá de ser um pouco isso. Eu concordo com a avaliação da secretária Vivian, que agenda é essa referência maior, na qual vocês podem beber agora. Vem a questão que você já colocou sobre a urgência de publicação, de definição da agenda. Eu também queria comentar a sugestão da Soninha sobre a educação estar mais presente nas outras câmaras temáticas. Esse convite já veio, a Educação responderá, está em discussão interna. Falando um pouco de quem está saindo e quem conhece a realidade da educação, será difícil ela estar em todas ou em mais de uma, porque o trabalho de uma é muito intenso, muito demandante e tende a continuar esse ano. Por outro lado, sim, está em discussão. Talvez na de Saúde a Corcel, que é nossa coordenadora e tem o Programa Saúde na Escola, possa estar. Veremos o que conseguimos articular ou não. Mais que isso os ODS são complementares, é a mesma lógica dos Direitos Humanos, complementares e indivisíveis, então eu acho que temos de pensar uma metodologia em que o trabalho das câmaras temáticas dialogue sem que a educação, por exemplo, tenha que estar em todas. E uma metodologia para além do cronograma, pensarmos ferramentas de intercâmbio, ferramentas virtuais porque elaboraremos ainda em um momento de pandemia, então de certa forma isso facilita. Que tenha a publicização dos processos entre as câmaras para que uma consiga beber com a outra. É, claro, quando identificar na câmara que a Educação não conseguiu estar na Câmara de Saúde, por exemplo... Não estou dizendo que essa será a resposta, mas é a tendência. Se naquela reunião, naquela discussão é fundamental que a Educação esteja, eu faço o convite. Isso tudo para dizer que agora precisamos melhorar a metodologia em termos de trabalho, ferramentas, conversa e construção entre as câmaras. Semana que vem estarei na UMAPAZ, não terei mais tempo de dedicação para ajudar a pensar e contribuir com essas metodologias.

Giovana Barbosa: Gabi?

Gabriela Chabbouh: Maravilha, Thaís. Obrigada. Eu queria reforçar que é isso, a Agenda Municipal 2030 já serviu para a elaboração do programa de metas, os indicadores foram todos enviados para as secretarias para que elas tivessem isso em mente e amanhã os grupos de planejamento orçamentário receberão os indicadores da agenda na estrutura de elaboração do plano plurianual para que as secretarias apontem quais os indicadores da agenda podem ser usados para o monitoramento dos programas do PPA. Ou seja, já está servindo como instrumento integrador dos demais instrumentos de planejamento. Eu coloquei no chat para o Estevão especificamente porque o cronograma de trabalhos para 2021, nós aprovamos na última reunião. É o que coloquei no chat para vocês, o cronograma que fala quando serão as nossas reuniões, quando pretendemos aprovar o plano e com ele aprovado quando pretendemos submetê-lo à consulta pública, porque a ideia era conseguir ao máximo fazer o trabalho de forma conjunta com a elaboração do PPA. Sabemos que colocar ações no plano de implementação da Agenda 2030, que não tem o correspondente de recurso para essas ações do plano plurianual, essas ações não serão executadas, não sairão do papel. A proposta é fazer um processo conjunto de

elaboração do PPA ao mesmo tempo da elaboração do plano de ação dos ODS para que os dois instrumentos estejam dialogando. Eu entendo as preocupações, mas coloquei o cronograma que aprovamos na última reunião. Nessa reunião o que precisamos aprovar... Eu quero saber se alguém mais gostaria de se manifestar, tem alguma contribuição para fazer, se o Estevão tem alguma sugestão de ajuste na proposta de rodadas de discussões, na proposta metodológica de elaboração do plano de ação, mas o que precisamos aprovar hoje é se estamos todos de acordo com essa proposta metodológica de três rodadas. A Ana colocou no chat os slides para facilitar. Basicamente, são três rodadas. Uma rodada de elaboração do plano de trabalho, que é um instrumento muito importante, Thaís, podemos pensar em conjunto o que mais poderia constar nesse plano de trabalho de cada uma das câmaras temáticas que propicia essa troca. Nós tentamos no ano passado fazer justamente isso, cada câmara temática tinha um plano de trabalho, no qual dizíamos o tema que seria discutido e em qual data, em qual reunião. Se integrantes de outras câmaras temáticas quisessem participar, o plano de trabalho era esse instrumento para mostrar: “Nessa data será discutido esse tema, então se você tiver interesse de tratar apenas desse tema, você pode participar na reunião da câmara temática do dia quatro de agosto, que discutirá especificamente o que faremos para erradicar o trabalho infantil em São Paulo na Câmara São Paulo Justa e Inclusiva.” O que nós precisamos hoje é escutar de vocês se têm alguma sugestão de alteração dessa divisão em três rodadas do processo de elaboração do Plano de Ação ODS e se vocês estão de acordo com essa nova distribuição das câmaras temáticas ou têm uma contraproposta, então esse é o momento de apresentar para procedermos com uma votação.

Soninha Francine: A Viviane fez uma sugestão no chat. Vocês viram? Que a coordenação da Câmara São Paulo Justa e Inclusiva ficasse com Direitos Humanos. Eu não me oponho.

Gabriela Chabbouh: Eu acho que é uma boa sugestão, mas eu tenho a impressão de que isso não é permitido pelo nosso regimento. Precisaríamos voltar para o regimento porque a Secretaria de Direitos Humanos não é membro da Comissão Municipal ODS. O membro da Comissão Municipal ODS é a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e está previsto no regimento que a coordenação é feita por um dos membros da Comissão ODS.

Anna Carolina: Eu estou checando aqui, Gabi, se é pelos membros do plenário ou pelos membros que compõem a Câmara e já dou essa informação.

Gabriela Chabbouh: Está bem. Eu tenho quase certeza que é membro da comissão e foi por isso que nós tomamos a decisão de que a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social faria a coordenação, o que não impede um papel ativo da Secretaria de Direitos Humanos como foi no processo de elaboração da Agenda Municipal 2030. Inclusive, enquanto a Vivi, que foi a nossa coordenadora da câmara temática, estava de férias, quem assumiu a responsabilidade foi a equipe de Direitos Humanos. A Amanda Teodoro e o Mateus como representantes da Secretaria de Direitos Humanos na câmara temática assumiram a função de coordenar a câmara temática na

ausência da Viviane, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social. Eu tenho a impressão de que o nosso regimento não permite acatar a sugestão da Viviane, mas a Ana confirma para nós e se for possível podemos submeter a uma votação. Se ninguém tiver nada contra, eu não tenho nada contra. Eu acho que as duas secretarias têm papéis importantes no sentido de transformar São Paulo em uma cidade mais justa e inclusiva.

Anna Carolina: Gabi, eu achei aqui o trecho. Copiarei no chat. O nosso regimento fala que “o plenário designará o coordenador da câmara temática dentre os membros titulares designados pela Secretaria de Governo na portaria que institui a câmara temática”, então seriam os membros titulares que compõem a respectiva câmara temática.

Gabriela Chabbouh: Viviane não há impedimento. O nosso regimento não impede, isso é possível. Eu acho que podemos conversar mais sobre isso. A Marina que coordenou a Câmara Temáticas Econômicas está presente entre nós. Temos a sugestão de que a nova câmara temática, o fortalecimento institucional e temáticas econômicas sejam a câmara temática São Paulo Eficiente Inovadora e Criativa e temos a proposta de que ela seja coordenada pela Secretaria de Governo Municipal. Eu queria aproveitar esse momento para escutar a Marina, se está tudo bem, se ela pretendia ou gostaria de continuar à frente dos trabalhos. Foi uma discussão que tivemos internamente, manter a coordenação das seis câmaras temáticas, mas eu também quero escutar vocês porque a coordenação das câmaras temáticas, como a Ana nos ajudou a lembrar e colocou no chat, conforme o regimento quem designa o coordenador das câmaras temáticas é o plenário, então somos nós aqui, hoje, que decidimos quem são os coordenadores. A Marina pode contar como foi a experiência dela na coordenação e podemos escutar vocês, se teria alguma organização que gostaria de ficar na coordenação para avaliarmos essa possibilidade. A princípio a sugestão é que as secretarias, ou seja, as câmaras temáticas sejam coordenadas pelos membros do poder público.

Giovana Barbosa: Marina? Ela está aqui, gostaria de falar. Na sequência o Ergon.

Marina Nogutti: Perfeito. Obrigada, Giovana. Eu não me oponho de forma alguma que nessa nova rodada a coordenação seja feita por membros do poder público. Pela minha experiência como um dos membros da comissão que não é do poder público, que é da sociedade civil, eu acredito que seja mais eficiente por conta da comunicação interna entre as pessoas que realmente estão se debruçando diariamente sobre os documentos que temos produzido aqui. Foi uma experiência excelente estar à frente dessa câmara temática, mas sem a ajuda da Gabi, sem a ajuda da Mariana Barra em vários momentos cruciais, eu não teria condições de conduzir esse trabalho. Inclusive em um momento profissional de estar em outro lugar e com menos disponibilidade, eu pediria justamente para que a coordenação fosse substituída caso a Câmara de Temáticas Econômicas não tivesse essa junção. Então eu estou totalmente de acordo e encorajo os outros membros da comissão da sociedade civil que quiserem realizar essa coordenação, mas eu particularmente não

estou em um momento que poderia contribuir da melhor forma. Perdi quem foi o membro que comentou sobre a metodologia. Eu também senti bastante falta de uma metodologia que facilitasse o fluxo das contribuições. Nós fizemos os trabalhos de uma forma um pouco empírica, então eu acho que todo esse respaldo de metodologia pode contribuir bastante. É isso.

Gabriela Chabbouh: Obrigada, Marina. Foi um prazer contar com a sua coordenação dos trabalhos do ano passado. Toda vez que tenho a oportunidade de contar sobre o processo de trabalho, eu conto que tínhamos coordenadores e que a única câmara temática conduzida por um membro da sociedade civil foi a Câmara de Temáticas Econômicas. Foi um prazer contar com a sua participação mais direta, mas eu sei que é um trabalho de coordenação que exige, demanda bastante tempo e nem sempre as organizações da sociedade civil... Os membros do poder público estão em horário de trabalho, então para nós dedicarmos mais tempo é mais fácil do que para as organizações da sociedade civil. Foi excelente contar com a sua coordenação. Se tiver alguma organização que tenha interesse, desejo, que faça questão de fazer a coordenação, por favor, manifeste-se e avaliamos essa possibilidade.

Giovana Barbosa: Ergon?

Ergon Cugler: Eu tenho uma dúvida que não é diretamente sobre esse tema, mas interfere para entender a correlação, se faz sentido a coordenação para nós da sociedade civil. Como funcionará a proposta de vocês a indicação de membros externos? Será como fizemos no outro processo? Cada organização pode indicar membros para cada uma das câmaras? As câmaras terão uma quantidade?

Gabriela Chabbouh: Eu posso falar e a Soninha também se quiser me complementar, porque discutimos bastante o funcionamento das câmaras temáticas. No ano passado nós tivemos câmaras temáticas paritárias, então tivemos câmaras temáticas que abrimos para vocês, organizações da sociedade civil, inscreverem-se livremente nas câmaras temáticas que gostariam de acompanhar e a ideia é que façamos a mesma coisa esse ano, mas não temos a obrigatoriedade de um número exato de representantes do poder público com representantes das câmaras temáticas. Essa foi a metodologia dos trabalhos das câmaras no ano passado. Eu coloquei o slide dos próximos passos, porque acho que ele pode nos ajudar. A ideia é que vocês organizações da sociedade civil manifestem interesse em continuar nas câmaras temáticas que já estavam, mudar de câmaras temáticas ou participar de mais ou menos câmaras temáticas até o dia 27 de maio, ou seja, até a semana que vem, então publicaremos uma portaria atualizando os membros e os coordenadores das câmaras temáticas com base nas indicações de vocês. Nós pretendemos também para os trabalhos desse ano que os membros das câmaras temáticas sejam sempre os membros da comissão, mas isso não impede que tenhamos convidados externos, essa foi a forma como nos organizamos para os trabalhos no ano passado. O plano de trabalho que será elaborado pela câmara temática pode contemplar o convite a outras organizações. Inclusive, eu tive a

oportunidade de conversar com uma organização aqui de São Paulo chamada “Youth Action Hub”, YAH São Paulo, que é um grupo de jovens voltados para a implementação da Agenda 2030, eles estão presentes no mundo inteiro e o grupo daqui de São Paulo quer participar do processo. Eu vou sugerir para as câmaras temáticas educacionais que tenha como convidada essa organização que quer estar mais presente nas discussões de temas de ODS e juventude. A ideia é essa. Em termos de composição das câmaras, como membros, apenas as organizações que tenham assento na Comissão ODS, seja como titular ou suplente. Em termos de convidados isso é organizado pela câmara temática com apoio do coordenador para encaixar a participação de convidados externos no plano de trabalho da câmara temática. Respondi, Ergon? Alguém ficou com alguma dúvida?

Ergon Cugler: Respondeu, sim. Eu tenho apenas uma pergunta, nós mantemos a possibilidade de indicar um titular e um suplente de cada organização para alguma das câmaras temáticas, é isso? Como foi no ano passado, não é?

Gabriela Chabbouh: Igual ao que fizemos no ano passado. Vocês ficam com a possibilidade de indicar titular e suplente, sendo que o suplente não é obrigatório. Se vocês quiserem deixar registrado que aquela pessoa também integra formalmente a câmara temática, é possível fazer a indicação de um suplente, sim.

Ergon Cugler: Muito obrigado.

Gabriela Chabbouh: Ana queria complementar?

Anna Carolina: Eu quero frisar a sua fala, Gabi. Você falou que não podem compor membros externos a comissão, na verdade o que ela quis dizer é que não podem compor instituições externas a comissão, mas membros que não estão representados aqui como titulares ou suplentes das instituições que vocês compõem podem ser indicados, sim, para acompanhar as câmaras temáticas a espelho do que foi ano passado. Eu acho importante deixar isso claro, se alguma instituição tiver interesse em participar, o titular, o suplente que está aqui e não tem disponibilidade, mas quer indicar alguém da mesma instituição, pode.

Gabriela Chabbouh: Ana foi muito mais clara do que eu. Exatamente, as organizações que têm assento podem indicar pessoas quaisquer, sejam elas os representantes ou não do plenário para integrar as câmaras temáticas.

Giovana Barbosa: Denise gostaria de complementar.

Denise Croce: Eu gostaria de saber se temos um prazo para fazer isso. Eu indiquei uma pessoa da USP para participar dessas câmaras temáticas e conversarei com ele para ver se quer entrar de novo nessa segunda etapa.

Gabriela Chabbouh: Está na tela, Denise. Até semana que vem. Acabei de colocar na tela, é o nosso último slide, que trata dos próximos passos. A ideia é que até o dia 27 de maio vocês encaminhem por e-mail os nomes atualizados dos representantes a comporem as câmaras temáticas. Acabando essa reunião mandamos para vocês, claro, dependendo da aprovação das seis câmaras temáticas. Ainda estou escutando vocês, mas passaremos para o momento de aprovação da divisão em seis câmaras temáticas e se for aprovado encaminhamos para vocês, que se manifestarão sobre quais câmaras temáticas querem compor. Lembrando que provavelmente teremos um cronograma de trabalhos parecido com o do ano passado no sentido de ser intenso, então se colocar à disposição dos trabalhos provavelmente significa ter a disponibilidade de se reunir uma vez por semana ou uma vez a cada 15 dias de agora até o final de setembro, dezembro, a depender dos próximos passos. Não tivemos problemas, nós sentimos que vocês estavam muito comprometidos com os trabalhos e raramente nós tivemos problema de não conseguir fazer reunião por falta de quórum, tivemos o engajamento de vocês. Estamos propondo que vocês encaminhem até semana que vem, quinta-feira, os nomes. Até o dia primeiro de junho estamos nos comprometendo a publicar essa portaria atualizada com os membros e coordenadores, então os coordenadores agendarão a primeira reunião para discutir o conteúdo do plano de trabalho, para os trabalhos de elaboração do plano de ação para implementação da Agenda 2030. Depois dessa reunião de elaboração do plano de trabalho da câmara temática, o coordenador envia esse plano de trabalho para o e-mail do “SP.ODS”, para a Secretaria de Governo, a Secretaria do Verde envia para o plenário até o dia 17 de junho, então é importante que seja enviado até o dia 16, porque até o dia 17 a secretaria precisa enviar para o plenário e, assim, nos vemos de novo no dia 24 de junho e aprovamos os planos de trabalho das câmaras temáticas. Os planos são enviados a todos os membros do plenário contendo o calendário das reuniões, quem serão os convidados envolvidos nesse processo de elaboração do plano de ação e todos os membros do plenário têm a oportunidade de fazer propostas e ajustes finais do plano de trabalho das seis câmaras temáticas se assim aprovarmos.

Denise Croce: Legal.

Marta Suplicy: Muito bem, Gabriela.

Denise Croce: Quando você for mandar o e-mail coloque os dados que precisamos.

Gabriela Chabbouh: Claro. Pode deixar, Denise. Normalmente é apenas o nome, contato e CPF para sair publicado no Diário Oficial.

Denise Croce: Obrigada.

Marta Suplicy: Eu quero agradecer a todos e dizer que acredito ser um trabalho custoso, mas gratificante, porque conseguimos fazer um consenso do que era mais importante para dar seguimento ao que precisa ser feito. Para terminar, eu tenho uma notícia muito boa. Nós estamos de vento em popa elaborando um tipo de Virada Cultural, será a Virada ODS com a finalidade de popularizar o que é ODS. Nós sabemos o que é ODS, mas a maioria da população não sabe, então temos que popularizar. Será, como eu disse, um tipo de Virada Cultural dentro das metas ODS que estamos finalizando, para janeiro ou fevereiro. Começamos a elaboração e quando estiver mais ou menos pronto, mais adiantado mostraremos para vocês. Esperamos “causar” na cidade, igual à Virada Cultural “causa” e que ODS passe a ser uma palavra que as pessoas saibam. “Eu vou na Virada ODS.” E ao perguntarem o que é ODS, que a pessoa explique. É uma forma de conscientizar as pessoas da importância do que é ODS para nós, para a cidade, para o planeta. Será coisa grande, não é algo pequeno. Também tem outras secretarias. Será muito legal. Eu quero parabenizar o trabalho de vocês e até a próxima reunião. Boa noite.

Gabriela Chabbouh: Secretária Marta, um minuto para aprovarmos. Precisamos passar pelo procedimento formal de aprovação. Se ninguém tiver mais nada a acrescentar ou propor em relação a proposta de macrometodologia das etapas de elaboração do plano de ação, consideramos...

Giovana Barbosa: Gabi?

Gabriela Chabbouh: Tem alguém com a mão levantada, não é? Giovana Barbosa: Tem o Zysman. Vamos ouvi-lo, por favor. Gabriela Chabbouh: Sim.

Giovana Barbosa: E encaminhamos para a votação.

Zysman Neiman: É uma pergunta bem rápida. Eu fiquei confuso sobre a data de envio do e-mail no dia 27. Eu queria entender se mandamos espontaneamente ou se haverá um e-mail de vocês trazendo quais são as câmaras com os novos nomes e fazemos a adesão em reposta. De quem é a iniciativa de disparar o primeiro e-mail? Porque confesso que não anotei quais são os novos nomes das câmaras, então para me candidatar a participar de alguma delas, eu gostaria de receber algo um pouco mais organizado. É possível?

Gabriela Chabbouh: Claro, Zysman, com certeza. Sempre enviamos os slides de apresentação da reunião, uma vez aprovada essa divisão em seis câmaras temáticas, vocês receberão por e-mail e poderão se manifestar sobre o desejo de participar de uma câmara temática ou de outra. Eu imagino que muitos de vocês queiram continuar participando das câmaras temáticas que já

participavam, mas se não for o caso eu peço que vocês se manifestem, eu não sei se isso ficou claro. Se vocês querem continuar onde estavam não precisam se manifestar, nós mantemos vocês onde estavam. Manifestem-se caso queiram sair de uma câmara temática ou participar de outra câmara temática da qual não participavam. Tudo bem? Podemos combinar assim? Eu acho que é mais fácil combinarmos dessa forma, mas se quiserem de outro jeito também estou aberta a outra dinâmica de trabalho. Se quiserem apenas continuar nas câmaras que estavam participando, mantemos vocês onde estavam e é mais simples, não precisam mandar e-mail.

Zysman Neiman: Está ótimo. Entendido. Obrigado.

Gabriela Chabbouh: Isso. Ou indicar novo participante, Marco. Se vocês quiserem continuar participando e indicar um novo nome, então se manifestem e indiquem a participação de uma outra pessoa na comissão. Temos mais alguém com a mão levantada?

Giovana Barbosa: Não.

Gabriela Chabbouh: Vocês têm alguma outra dúvida? Se vocês não tiverem nenhuma outra dúvida ou sugestão, nós consideramos aprovada a metodologia. A Marlene tem uma dúvida ou alguma sugestão.

Giovana Barbosa: A Marlene. (risos)

Marlene Ferreira da Rocha: Desculpe. Eu escrevi no chat, Gabi. Se não tiver relação com esse assunto pode responder depois da aprovação. É sobre a publicação da agenda.

Gabriela Chabbouh: Estamos nos comprometendo a receber os últimos, finalíssimos ajustes, então pedimos que vocês se debrucem sobre o documento que foi enviado. Eu não sei se teremos condições, o Igor pediu para mandar em formato aberto. Pode ser o documento online para comentário, porque não temos condições de receber 1000 versões do documento e sistematizar a tempo de publicar.

Anna Carolina: Fazemos aberto no Office.

Gabriela Chabbouh: Aberto no Office para comentários, então dá para fazermos. Recebemos os comentários até quinta-feira, para na sexta-feira a presidência da comissão dar os últimos ajustes, checar as últimas contribuições e publicarmos. A resolução não será publicada em junho, eu acho que a ideia é publicar na terça-feira, mas sai com data de segunda-feira, não é? Até o dia 31 de maio que é a segunda-feira, no Diário Oficial da terça-feira. Tudo bem? Ficou claro em relação a publicação? O que estamos aprovando hoje? Estamos aprovando as macroetapas do processo da metodologia de elaboração do plano de ação, ou seja, nos organizaremos em três momentos,

discutiremos plano de trabalho, discutiremos o insumo do programa de metas e depois trabalharemos em conjunto com a construção do PPA, são esses os três momentos da metodologia de construção. E estamos aprovando a divisão em seis câmaras temáticas a não ser que alguém tenha uma contraproposta. Se alguém quiser defender nesse momento uma outra forma de organização... A Marina colocou que tem pontos positivos e negativos em relação a fusão da Câmara de Fortalecimento Institucional com a Câmara de Temáticas Econômicas. Essa é a proposta que estamos fazendo, se alguém quiser fazer uma contraproposta o momento é agora. Se não tivermos uma contraproposta aprovamos essa versão da divisão em câmaras temáticas para os trabalhos 2021, então revogaremos a portaria das câmaras temáticas do ano passado, publicaremos uma nova portaria de constituição das câmaras temáticas com o prazo para os trabalhos de 2021.

Giovana Barbosa: As manifestações que temos são de duas pessoas de acordo e não temos outras.

Gabriela Chabbouh: Maravilha. Não tendo contribuições em contrário, nós consideramos aprovada. Encaminharemos o e-mail para vocês até o final do dia com os encaminhamentos da reunião de hoje, incluindo os documentos para que vocês façam as contribuições e esse material para que façam as manifestações. Ana colocou no slide: “Nós nos vemos no dia 24 de junho.” Na verdade, provavelmente nos veremos em muitas das câmaras temáticas, então imagino que combinaremos com os coordenadores as reuniões, provavelmente, na semana do dia sete de junho. Não é, Ana? Depois da publicação, provavelmente, as primeiras reuniões de câmara temática para a elaboração dos planos de trabalho entre o dia 7 e o dia 11 ou até o dia 16.

Anna Carolina: Isso. Com os coordenadores, nós comunicamos antes disso para alinhar as funções e a divisão de responsabilidades, retomando o papel do nosso regimento, mas a princípio a primeira reunião de todas seria para a semana do dia sete para produzir o material até o dia 16.

Igor Pantoja: Uma dúvida. Desculpe. Posso falar? Gabriela Chabbouh: Pode.

Igor Pantoja: É Igor. Sobre as câmaras temáticas, não ficou muito claro para mim, podem participar somente as organizações que participam da comissão, pleno, ou organizações que não fazem parte da comissão podem compor a câmara?

Gabriela Chabbouh: Como membro das câmaras temáticas, somente as organizações que têm cadeira na comissão, no plenário.

Igor Pantoja: Podem ser convidadas, não é?

Gabriela Chabbouh: Outras organizações podem ser convidadas, sem problema nenhum, a combinar com coordenador da câmara temática e registrar no plano de trabalho.

Igor Pantoja: Okay. Obrigado.

Maria Luiza Gedeon: Gabriela, com licença, posso tirar uma dúvida também? Gabriela Chabbouh: Por favor.

Maria Luiza Gedeon: Eu olhei no material e no que compete a câmara temática urbano havia seis membros. Esse número, esse quórum é definido? Tem um limite mínimo, máximo?

Gabriela Chabbouh: Não. Nós reabriremos as inscrições para essa câmara temática. Potencialmente, poderíamos ter até 16 organizações da sociedade civil. Na primeira rodada, na primeira composição tínhamos 10. 10, Ana? 10 representantes...

Anna Carolina: Isso.

Gabriela Chabbouh: ... da sociedade civil. Estou falando de cabeça, não tenho certeza. E a época nos organizamos para ter 10 representantes do poder público. O que a Soninha sugeriu para esse processo é que não nos amarrássemos tanto a essa divisão. É um espaço construtivo, colaborativo, de construção de propostas normalmente por consenso. Raramente tivemos que recorrer a instrumentos de votação. A ideia é não precisarmos ter paridade entre poder público e sociedade civil nesse espaço das câmaras temáticas, porque é um espaço mais propositivo. Receberemos essas contribuições de inscrição da sociedade civil e com base nisso nos organizamos internamente junto com o coordenador. Estou imaginando provavelmente você, Maria Luiza, mas conversaremos sobre isso.

Maria Luiza Gedeon: Eu despacharei com o secretário e com o Baviera, que é o chefe de gabinete e é o conselheiro titular e conversamos. Obrigada por sua resposta.

Gabriela Chabbouh: Com certeza. Imagina. Encerramos a nossa pauta. Temos a metodologia do plano de ação aprovada, câmaras temáticas aprovadas, então se ninguém tiver mais nenhuma dúvida, eu passo a palavra para a Soninha. Eu acho que a secretária Marta teve que ir para uma próxima agenda. É isso?

Soninha Francine: Sim.

Gabriela Chabbouh: Passo a palavra à Soninha para as considerações finais e encerramento da reunião.

Soninha Francine: Não. Pode encerrar, já construímos bastante. Há muito trabalho pela frente. Nós aguardamos essas contribuições de vocês, o plano extra que não estava na pauta original, até a semana que vem. Os últimos apontamentos sobre o relatório da Agenda 2030 e os outros prazos para o plano de trabalho. Muito obrigada a todos vocês, em nome da Marta Suplicy, pelo que fizeram até agora.

Vivian Satiro: Soninha, se você me permite eu preciso muito agradecer a minha equipe. A Gabriela e a Ana Carolina, porque sem as duas, eu acho que a comissão não conseguiria se reunir de maneira tão construtiva, o documento não teria ficado tão bom. Eu tenho muito orgulho do meu time e dessas duas que representam ele. Obrigada, meninas.

Soninha Francine: Não é meu time e eu tenho orgulho também. (risos) Elas são incríveis. Parabéns a todos os envolvidos.

Vivian Satiro: Tchau.